

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira		Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,73% São Paulo	112.785 23/1024/1025/1026/10 114.777	R\$ 4,990 (- 0,23%)	R\$ 1.320	R\$ 5,267	12,65%	12,28%	Maio/20230,23 Junho/2023-0,8 Julho/20230,12 Agosto/20230,23 Setembro/20230,26

Marcelo Ferreira/CB



O terceiro trimestre virá com indicadores preocupantes. Estamos falando de algo em torno de zero de crescimento. Isso também preocupa, porque está afetando as receitas e acaba impactando o plano de voo que tínhamos traçado no começo do ano. Tudo isso é muito desafiador"

Esses dois temas são recorrentes nas conversas com grandes fundos estrangeiros, desses que têm trilhões de dólares para investir.

A recuperação judicial tem crescido bastante. Os dados do Serasa de agosto de 2023 mostram que os pedidos de recuperação judicial aumentaram 82,4% em relação ao ano anterior. O que está faltando é crédito?

Deixa eu explicar uma coisa importante: a taxa de juros, pouco tempo atrás, estava em 2% ao ano. A taxa Selic. Muitas empresas tomaram a 6%, 7%, empréstimos vultosos para promover investimento. A partir do momento em que você dá um choque monetário à taxa, que, em pouco tempo, menos de dois anos, sai de 2% para 13,75%, essa pessoa que estava com o empréstimo de 6% estava tomando a 18, 20%. Não tem margem de lucro que sustente isso. E aí a empresa cai na recuperação judicial. Por isso, podia parecer uma questão de birra partidária, mas não tem nada a ver. Quando a gente discutia que a taxa de juros ia acarretar uma desaceleração com as consequências, nós não estávamos numa disputa partidária, não era nem entre adversários. Nós alertávamos: “Olha, vai desacelerar fortemente. E vai acarretar mais recuperação judicial”. É matemático.

O senhor está satisfeito com esse ritmo de redução dos juros? Ou poderia ser maior?

Veja bem, eu já disse isso e não ofendo ninguém dizendo isso, que eu só estou lembrando de um fato determinado. Desde março, eu venho dizendo que já se notava, pelos dados da Fazenda, que estava havendo uma forte desaceleração da economia. Fiz chegar à opinião pública, aos meios de comunicação, o diagnóstico de que nós íamos crescer esse ano, mais de 2%, quando todo mundo dizia que era menos de 1%, eu dizia que era mais de 2%. Todo mundo dizia que a inflação era 6%, eu dizia que era menos de 5%. E, apesar disso, eu estou preocupado. Porque eu estou vendo, na margem, uma desaceleração forte, que vai ter consequências que nós não queremos. Não é pecado errar prognóstico. Mas o que nós fazamos, desde o começo do ano, se verificou. O Brasil realmente cresceu mais de 2%. Como dizia que ia crescer, a inflação está menos de 5%, como também nós dizíamos que ia acontecer, e nós não estávamos felizes apesar disso tudo, porque, na margem, a economia estava desacelerando forte, e isso ia impactar, sobretudo, a arrecadação e a atividade econômica.

A Fazenda acertou o prognóstico, então?

O que nós, de certa forma, estamos vislumbrando hoje, sobretudo no terceiro trimestre, é que aqueles alertas eram legítimos. Não era “juris sperneandi”, um direito de esperar. Era legítimo, estava apontando para uma questão séria. E de novo, não estou fazendo aqui cavalo de batalha em torno disso. Estou lembrando que esses alertas foram dados oportunamente e que isso continua nos preocupando. Agora, o fato de a gente ter começado o ciclo, mesmo que tardiamente, é uma boa nova. O Brasil está com uma das taxas de inflação mais baixas do mundo. A projetada para o ano que vem está menos que 4%. Nós não estamos descuidando da inflação, mas a gente tem que olhar o todo da economia. Muitos países europeus estão em situação muito pior do que o Brasil no que diz respeito à inflação.

Em relação ao plano que o senhor apresentou no início do ano para o fiscal, a Fazenda tinha falado em chegar a um déficit de 0,5% do PIB neste ano e déficit zero em 2024 ano e, em 2025...

Na entrevista que eu dei em 12 de janeiro, eu falo que é razoável atingir 1% do PIB (de déficit

primário) neste ano, considerando a lei do Carf e uma série de medidas que acabaram atrasando. Os julgamentos do Carf só foram retomados agora.

E tem os vetos que ficaram para o dia 7 de novembro, como os do projeto de lei do Carf, do arcabouço. Qual é a sua expectativa?

Acredito que eles vão ser mantidos.

Com relação ao fiscal, muitos analistas falam que o arcabouço corre o risco de não ser eficaz. Mesmo com todos esses projetos andando agora, eles não serão suficientes para que o senhor entregue um déficit zero no ano que vem.

Sim.

Vai ser um problema descumprir a meta?

O mercado está projetando em 0,8% do PIB o déficit para o ano que vem, na média. Ele está fazendo isso porque sabe da dificuldade, sobretudo neste segundo semestre. Está acompanhando a arrecadação, que está caindo. Na minha opinião, está havendo uma confusão entre duas coisas. Uma é o marco fiscal; a outra é a meta de resultado primário, que, inclusive, estão em leis diferentes. A meta de resultado está na LDO, e o marco fiscal é uma lei complementar. Então, é como se você confundisse o regime de meta de inflação com a própria meta.

Explique melhor, por favor.

Uma coisa é o regime de meta de inflação, que nós aperfeiçoamos com a meta contínua. A outra coisa é você dizer “ah, por que o Banco Central não mudou a meta de inflação ou não propôs lá no CMN ou não sugeriu a mudança de meta de inflação?” Se mudasse a meta de inflação — coisa que não ocorreu —, você não estaria mudando o regime de meta de inflação; estaria mudando a meta. São coisas diferentes, e a gente sempre deixou claro. O marco fiscal tem um desenho elogiado internacionalmente. A LDO funciona como o CMN para a meta de inflação. É assim que funciona.

Qual o propósito do marco fiscal, então?

O marco fiscal contratou uma fórmula em que a despesa vai crescer abaixo da receita numa determinada proporção, que pode ser 70%, que pode ser 50%, se as metas fiscais não estiverem sendo cumpridas. O resultado primário advindo dessa regra vai depender das medidas tomadas

para acelerar a recomposição da receita, que foi perdida por várias iniciativas, inclusive duas das quais eu citei no começo da entrevista: a decisão do Supremo e a derrubada do veto da Lei Complementar 160. Quanto antes nós repusermos a base fiscal perdida nesse processo, mas rapidamente nós vamos atingir o objetivo de equilibrar as contas.

Quando é que a gente vai ver o governo cortar gastos?

Para mim, gasto tributário é gasto. Quando você abre mão da receita para um grupo específico, isso é gasto. Abrir mão de um imposto é gasto tributário. E tudo o que estamos fazendo, há 10 anos, é aumentando o gasto tributário. Eu não tenho nada contra a agenda do Planejamento, que quer cortar gastos. Sou a favor de passar a régua em despesa, super-salários... Essas coisas todas. O governo precisa fazer e o governo vai fazer, com a ajuda do Judiciário e do Legislativo, porque não é fácil.

O Senado aprovou a prorrogação da desoneração da folha até 2027. O senhor vai pedir para vetar?

Eu vou conversar com o presidente, porque também já falei isso em várias ocasiões. E eu não vou mentir.

Isso vai na contramão do seu discurso, não?

É. Eu já falei isso várias vezes publicamente. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Marcelo Ferreira/CB



O Fernando Henrique, que tinha dúvida sobre a conveniência de se lançar à reeleição para o Senado, lançou o Real, dali a pouco era candidato a presidente da República. Não é uma coisa que vai se repetir, é muito particular"

(PGFN) tem um parecer, de há muito tempo, no qual afirma que a reforma da Previdência, que esses próprios grupos defendiam, veda qualquer prorrogação de benefício por causa do déficit da Previdência. Pedi para deixar para esse final do ano para que eu tivesse tempo de apresentar uma saída, e a pressão acabou tornando isso. Agora, vou ter que ter uma conversa com o presidente da República.

O senhor vai recomendar veto?

O meu papel é apresentar alternativas.

Que alternativa o senhor vai apresentar?

Assim que eu puder, eu falo. Estamos desenhando aqui. Nós temos alternativas, mas eu preciso levar ao conhecimento do presidente uma coisa que a própria AGU vai dizer. Ela tem o mesmo entendimento da PGFN. Então, nós precisamos saber como é que nós vamos lidar com essa questão.

O senhor fala de um caminho errado nos últimos 10 anos. Isso inclui um governo do PT. Quais erros foram cometidos naquele momento?

Eu faço questão. Eu podia falar oito anos, mas a própria presidente Dilma (Rousseff) reconheceu que teria revisto muito as desonerações que ela fez. Ela falou isso publicamente. Falou sobre aquelas desonerações, e, de fato, todo mundo faz com a melhor das intenções. Todo mundo testa

uma hipótese. E estou chamando a atenção para 10 anos em que estão testando uma hipótese que não está dando um resultado positivo. Então, essa hipótese deveria ser abandonada e revista. E, aliás, a Emenda Constitucional 103, (prevê) acabar com os incentivos fiscais gradualmente. E o que diz, agora, a PEC da reforma tributária? Reavaliação a cada cinco anos das exceções.

E há outros problemas fiscais...

Sem crescimento (da economia), não tem como (resolver-los). Ou a gente cria as condições de crescer; convence as pessoas que isso aqui é sério; que nós vamos tomar outro caminho; que ter pauta bomba, jabuti, ficou para trás; decisões exóticas do Judiciário, vamos deixar isso para trás. E vamos começar um ciclo de crescimento. Porque, se o país não crescer, e nós ficarmos nessa marcha dos últimos 10 anos, crescendo 1% ao ano, não tem solução.

Como o senhor está vendo a questão do comércio eletrônico?

O que havia era uma ilegalidade total. Usava-se uma lei que permitia uma remessa de indivíduo a indivíduo e começou-se a fazer comércio de bilhões de dólares. A fraude foi detectada. Havia um remetente chinês que tinha mandado 1,7 milhão de presentes. Vamos combinar, né? Esse tipo de fraude, para mim, é uma ofensa à soberania de um país. E eu falei isso para as empresas: “Olha, vocês estão ofendendo a soberania nacional”. E eles acharam que iam peitar o Estado brasileiro, que não ia ter quem colocasse um freio. E nós falamos: “Se vai ser assim, vai ser assim”.

E qual foi a reação?

Eles logo perceberam que o governo Bolsonaro tinha acabado, essa desorganização do Estado. Eles baixaram a cabeça para as empresas chinesas. Falavam mal da China, mas deixavam passar a boiada, né? E aí nós colocamos ordem, a primeira ordem, que foi em relação aos tributos estaduais. Então, hoje a remessa paga o ICMS devido para os estados. Os estados estavam perdendo montanhas de arrecadação, porque o varejo nacional estava perdendo mercado.

No próximo dia 30, completará um ano que o presidente Lula foi eleito. Imaginava que ia ser tão difícil esse primeiro ano?

Não (Risos).

Foi mais difícil do que o senhor pensou?

Está bem mais desarrumado do que eu pensava. Bem mais.

Por exemplo?

A Receita Federal não existia mais. Ela foi privatizada em mais um sentido. Foi privatizada com o fim do voto de qualidade. Ela foi privatizada porque tinha gente aqui espionando inimigo político da família Bolsonaro. Ela foi privatizada porque ela estava tentando encobrir o contrabando de joias da Arábia Saudita. A Receita Federal, que é a base do Estado nacional, não existia mais. Era uma coisa degradante.

Isso apenas da Receita, sem falar na questão fiscal e outros problemas.

A questão fiscal não tinha mais gestão nenhuma. O calote dos precatórios foi o ápice dessa loucura. O fim do pacto federativo com as leis complementares 190 e 192, que rapou o dinheiro dos estados durante a eleição para baratear a gasolina. Pense, assim, num filme de terror, com todos os ingredientes: calote, ausência de gestão, rompimento. Nenhuma gestão fiscal. Descumprimento de pacto federativo e privatização da receita. Foi uma loucura o que aconteceu aqui.

As mudanças no governo Lula decorreram de acordos com o Centrão. Desta vez, a mudança afetou uma área muito ligada à Fazenda, que é a presidência da Caixa. Isso é normal, ou não era exatamente como o senhor gostaria?

Desde dezembro, a Caixa e o Banco do Brasil ficaram sob a alçada da Presidência da República. Desde o começo. Os candidatos foram entrevistados, sabatinados pelo presidente Lula. Eu participava, mas ele próprio fez questão de escolher.

É um assunto da Presidência da República, então.

É um assunto, obviamente, que eu opino, mas assim...Tem umas coisas assim. Quando você vai assumir um cargo, sobretudo da importância da Fazenda, você faz determinados pleitos para quem te convidou — que pode aceitar ou não (risos). Eu falei: “Olha, presidente, a minha equipe direta precisa ser gente que eu escolha, que conhece o meu estilo de trabalho, joga em equipe”.

Por que o senhor está dizendo isso?

Estou dizendo isso porque, no caso do Banco do Brasil e da Caixa, o presidente falou: “Eu gostaria de escolher as presidentes”. Na época eram duas mulheres, ele queria duas mulheres. E eu falei: “estamos juntos, presidente”.

Mas agora mudou, né?

É, mas põe mulher em outro lugar. O presidente valorizou muito a diversidade na montagem do seu ministério, vai continuar valorizando.

No ranking dos ministros, o senhor é tido como aquele que mais conversa, mais negocia, tem mais paciência para tratar com o Parlamento. Alguns parlamentares já o estão comparando a Fernando Henrique Cardoso, que também teve muita paciência para aprovar o Plano Real e as medidas que vieram posteriormente. E o senhor já tem planos políticos para o futuro?

A situação é muito diferente. O Fernando Henrique, que tinha dúvida sobre a conveniência de se lançar à reeleição para o Senado, foi convidado para uma tarefa. Em poucos meses, ele já tinha uma equipe que ele conhecia muito (Pérsio Arida, André Lara Resende, a turma toda...). Ele veio, lançou o Real, dali a pouco era candidato a presidente da República. Não é uma coisa que vai se repetir, é muito particular.